

Políticas anticíclicas adotadas nos EUA e no Brasil na Grande Recessão: Uma Análise Comparativa

Ana Carolina Nicácio*, Rogério Pereira de Andrade (Orientador)

Resumo

As políticas anticíclicas foram largamente utilizadas no bojo da Grande Recessão, tanto no Brasil quanto nos EUA. No entanto, a intensidade das políticas adotadas foi diferente entre as duas economias. O objetivo desse trabalho é, portanto, analisar as principais medidas adotadas nestes países, de modo a extrair reflexões importantes acerca da atuação das políticas anticíclicas.

Palavras-chave

Grande Recessão, Políticas anticíclicas, Política monetária e fiscal.

Introdução

O crescimento da economia se deu a taxas significativas entre 2003 e 2008. No entanto, tal quadro de prosperidade foi revertido em meados de 2007, com o advento da Grande Recessão. Essa crise poderia ter tido impactos ainda mais profundos não fosse a intervenção maciça dos governos no sentido de conter a crise e reduzir seu impacto em termos de produto e emprego. Apesar de ambos os países adotarem políticas monetárias, creditícias e fiscais de caráter anticíclico na Grande Recessão, nota-se que estas foram mais incisivas nos Estados Unidos em comparação ao Brasil.

Resultados e Discussão

EUA: Foram adotadas medidas naturezas distintas: i) natureza patrimonial: compra de ações de empresas financeiras com o intuito de assegurá-las da insolvência; ii) operações de crédito realizadas pelo Fed para destravar o mercado de crédito, além de reduzir o spread das taxas de juros (*quantitative easing*) e iii) de natureza fiscal: programa de elevação do gasto público, bem como transferências de renda (ARRA). Além disso, houve uma significativa redução da taxa de juros, a qual atingiu o patamar de 0,25% no final de 2008.

Gráfico 1- Efeito do quantitative easing

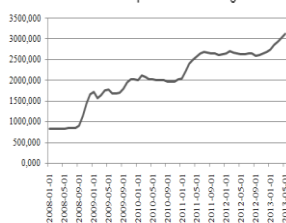
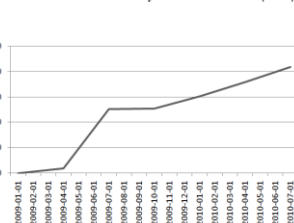
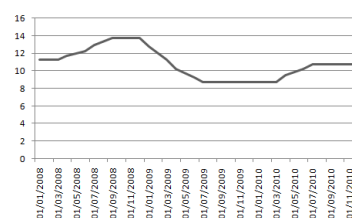


Gráfico 2 - American Recovery and Reinvestment Act (ARRA)



Brasil: No caso brasileiro, a política fiscal, como resposta à crise ocorreu em cinco principais frentes: (i) ampliação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); (ii) Programa Minha Casa Minha Vida; (iii) Plano Safra 2009/2010; (iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família, reajuste do salário mínimo); e (v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS. Além disso, a política monetária foi empreendida por meio de uma expressiva redução da taxa de juros básica da economia.

Gráfico 3 - Comportamento da Taxa Selic (%)



No entanto, a rigidez do atual regime fiscal brasileiro continuou sendo um fator limitador da capacidade de reação do governo. Embora a desaceleração econômica tenha se iniciado em novembro de 2008, a decisão de acelerar os investimentos ocorreu de forma tardia em abril de 2009 devido a uma indefinição da equipe econômica sobre a conveniência de reduzir as metas de superávit primário (Gobetti; Gouvêa; Schetti, 2010). Dessa forma, o ano de 2009 apresentou um superávit elevado para uma conjuntura de superação de crise recente:

Tabela 1 - Superávit primário em percentual do PIB (acumulado jan./set. de 2009)

Brasil	1,7
Estados Unidos	-11,6
Zona do Euro	-6,3

Conclusões

Ambos os países adotaram políticas contracíclicas, porém, no caso brasileiro, a política fiscal mostrou-se dúbia, oscilando entre as necessidades de, por um lado, expandir os gastos públicos e, por outro, de preservar a austeridade fiscal. Assim, dentre os desafios colocados à política econômica brasileira está a redução de seu caráter pró-cíclico, a expansão de longo prazo dos investimentos públicos e, também, a institucionalização de um arcabouço fiscal mais flexível.

GOBETTI, S. W.; GOUVÊA, R. R. ; SCHETTI, B. P. (2010). "Resultado Fiscal Estrutural: um passo para a institucionalização de políticas anticíclicas no Brasil". Textos para discussão, IPEA, n.1515.